

O Santo do Poço Rico: práticas alternativas de cura, religiosidade popular e imprensa nos primeiros decênios do século XX

Marcos Estevam Vasconcelos Silva*

Resumo: O texto tem como objetivo apresentar a história de Francisco Marcio de Paula, um garoto negro, pobre e analfabeto que ficou conhecido no município mineiro de Juiz de Fora como "O Santo do Poço Rico". De acordo com as informações extraídas em um inquérito e nas reportagens especiais publicadas pelo periódico local *Diário Mercantil* na primeira quinzena de outubro de 1932, o "taumaturgo" estava realizando curas "assombrosas" na humilde residência em que se achava hospedado.

O caso de Francisco nos interessa na medida em que nos permite discutir, através da análise de múltiplas fontes sob uma perspectiva de micro-história, algumas questões relevantes como os significados conferidos por indivíduos e por diferentes grupos sociais à experiência da doença e da cura e a condenação dos hábitos, dos costumes e das religiosidades populares nos primeiros decênios do século XX.

Palavras-chave: Santo do Poço Rico, Práticas alternativas de cura, micro-história.

O Santo do Poço Rico: alternative healing practicies, popular religiousness and press on the first decennials of the 20th century

Abstract: The text has the objective to show the history of Francisco Márcio de Paula, a black kid, poor and illiterate, that has become known as "O Santo do Poco Rico" on the city of Juiz de Fora in Minas Gerais. According to the informations taken from an inquiry and from the newspaper *Diário Mercantil* on the first fortnights of 1932, the "taumaturgo" was realizing some "staggering" healing practices on the humble residence where he was a guest. Francisco's case is interesting because it allows us to discuss, throughout multiple font analysis, under a micro-history perspective, some relevant questions as the meanings given by some individuals and some social groups to the experience of disease and cure and the condemnation of habits, mores and the popular religiousness on the first decennials of the 20th century.

Key-words: Santo do Poço Rico, alternative healing practicies, micro-history.

* Doutorando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: mevs_hist@yahoo.com.br

Era outubro de 1932. A Avenida Rivelli, paralela à estrada de ferro Central do Brasil e responsável por ligar o bairro do Poço Rico ao centro da cidade de Juiz de Fora, estava mais movimentada do que de costume. Em meio a grande quantidade de trabalhadores e pessoas que habitavam e transitavam diariamente naquela região, se misturavam dezenas de carros e milhares de transeuntes apressados empunhando garrafas, vidros e lenços - este último um adereço indispensável para amenizar o forte cheiro que vinha do tratamento de couros do Curtume Vitória¹, um dos diversos estabelecimentos fabris e comerciais situados na região.

O movimento realmente deve ter sido surpreendente naquele início de mês. O Poço Rico, um dos bairros mais antigos da cidade, havia crescido bastante nos primeiros decênios do século XX. Ligado à Rodovia União e Indústria e ocupando um vasto perímetro, o lugar era o principal ponto de acesso e de saída da zona sul de Juiz de Fora e podia ser comparado, segundo o articulista do periódico "O Lince", "a uma pequena cidade próspera e ativa em todos os sentidos", já que abrigava muitas residências e dezenas de indústrias e casas comerciais. (O LINCE, março de 1958: 18).

Cabe ressaltar que o único bonde da linha Poço Rico, administrado pela Companhia Mineira de Eletricidade, não estava sendo suficiente para atender à demanda. Devido à demora e à ausência de lugares disponíveis no transporte, homens, mulheres e crianças, de diferentes posições sociais e vindas de todos os cantos de Juiz de Fora - e até mesmo de outras cidades -, se aventuravam a pé pelos diversos cruzamentos, disputando espaço com os veículos barulhentos. Para obviamente aumentar seus lucros e tentar amenizar as dificuldades dos usuários, a Companhia viu-se obrigada a disponibilizar mais um bonde durante toda a primeira quinzena de outubro daquele ano. Algo que os articulistas do periódico "Diário Mercantil", responsáveis por cobrir os detalhes da estranha movimentação na região, julgavam insuficiente:

A Companhia Mineira de Eletricidade mantém naquela linha apenas um bonde, que não estava dando vazão [aos] que se destinavam àquele local. Ontem, entretanto, a Companhia resolveu que o serviço passasse a ser feito por dois bondes, o que pensamos, ainda

¹ Essa informação foi extraída em uma das diversas reportagens publicadas no Diário Mercantil sobre a movimentação nas proximidades do bairro Poço Rico em outubro de 1932. No dia 6 de outubro, o periódico alertava que para chegar até a Avenida Rivelli era obrigatório passar perto do Curtume Vitória. Devido à natureza industrial do estabelecimento era essencial o uso de lenços para evitar o odor desagradável do ambiente. (DIÁRIO MERCANTIL, 6 de outubro de 1932:1).

é deficiente. Grande é o número de pessoas que viajam a pé, devido, não só a falta de lugar nos bondes como também pela demora causada pelo fato de só haver em tráfego dois daqueles veículos naquela linha. (DIÁRIO MERCANTIL, 4 de outubro de 1932: 4).

Embora houvesse alguns contratempos como os problemas de superlotação nos bondes, o tumulto, o trânsito, o mau cheiro do curtume ou a “chuvinha impertinente e enfadonha” que caiu sobre Juiz de Fora no dia 5 de outubro daquele ano, responsável por deixar muitas pessoas ao relento, o fluxo nas avenidas próximas à Rivelli não diminuía. Muito pelo contrário, apenas se intensificava conforme avançava aquele mês de outubro atípico. (DIÁRIO MERCANTIL, 5 de outubro de 1932: 1).

Mas, afinal, o que estava causando todo esse alvoroço nas avenidas centrais de Juiz de Fora a ponto de mudar radicalmente a rotina da cidade e do bairro do Poço Rico? Porque tantos veículos e pessoas, vindos de outros bairros de Juiz de Fora e até mesmo de outras cidades, se dirigiam à Avenida Rivelli, congestionando o trânsito e tornando ineficiente o serviço dos bondes?

O responsável era Francisco Marcio de Paula, um garoto negro, na época com 16 anos de idade. Conhecido pelas alcunhas de “O Santo do Poço Rico”, “O Taumaturgo do bairro Poço Rico”, “Santinho” e “O Iluminado”, Francisco estava, segundo a população e a própria imprensa, realizando curas verdadeiramente milagrosas na “humilde” residência em que se achava hospedado na Avenida Rivelli, número 29. Dizendo-se enviado da “Santa” Manoelina de Coqueiros – personagem que veremos adiante –, o menino chegou a atrair, em apenas um dia, cerca de duas mil pessoas que buscavam se livrar das enfermidades da alma e do corpo através de suas benzeções e da água que distribuía.

A história daquele “tumultuado” mês de outubro de 1932 e o curioso caso de Francisco Marcio de Paula nos interessa na medida em que nos permite discutir, através da análise de múltiplas fontes sob uma perspectiva de micro-história, algumas questões relevantes como o papel e a importância que as práticas alternativas de cura desempenhavam no cotidiano da população, os significados conferidos por indivíduos e por diferentes grupos sociais à experiência da doença e da melhor forma de curá-la nos primeiros decênios do século XX e a condenação dos hábitos, dos costumes e das religiosidades populares, vistas pelas classes dominantes como fruto da ignorância e do atraso e que constituíam um sério entrave ao desenvolvimento e ao progresso do país.

Em consonância com as concepções de Carlo Ginzburg sobre a análise micro-histórica, acreditamos que a reconstrução das experiências e das vivências dos sujeitos envolvidos no caso de Francisco a partir de uma escala de observação reduzida seja capaz de nos auxiliar na percepção de algumas “estruturas invisíveis” que possivelmente passariam despercebidas em outras abordagens historiográficas. (GINZBURG, 1989: 178). Assim como Roger Chartier, pensamos que “nessa escala reduzida, e sem dúvida somente nessa escala, podem ser compreendidas, sem reduções deterministas, as relações entre sistemas de crenças, de valores e de representações, por um lado, e pertencimento social, por outro”. (CHARTIER, 1987: 26 apud GINZBURG, 2007: 263-264).

Francisco Marcio de Paula: O Santo do Poço Rico

Francisco Marcio de Paula tinha apenas 16 anos quando ficou repentinamente “famoso”. Nascido em Sacramento, distrito de Sarandi, no município de Juiz de Fora, era solteiro, lavrador, analfabeto e órfão de pai e mãe. Após a morte da mãe, que faleceu por volta de 1925, vítima de tuberculose, Francisco passou a residir, juntamente com seus três irmãos, na fazenda “Pouso Alegre”. Por lá, o garoto realizava “todos os trabalhos da lavoura, desde o amanho da terra até à ordenha de vacas”. (A NOITE, 18 de outubro de 1932: 4).

Em 1930 Francisco resolveu sair da referida fazenda após “receber um aviso dos anjos que o alertaram sobre sua necessidade de abençoar a humanidade”. Viajou sozinho por diversas cidades “em cumprimento de sua missão de ‘enviado’ da ‘Santa de Coqueiros’ ate chegar a Juiz de Fora e encontrar abrigo na casa de seu primo Cesário Marcondes. (INQUÉRITO, 7 de outubro de 1932: 4, 4v). De acordo com a matéria publicada no Diário Mercantil no dia primeiro de outubro, Francisco, para permanecer na cidade, teve que “consultar sua protetora, o que fez concentrando-se”. Manoelina permitiu que o garoto ficasse por um mês “com a obrigação de que se entregasse exclusivamente a sua piedosa missão”. (DM, 1 de outubro de 1932: 2).

No inquérito em que Francisco foi réu, Cesário Marcondes disse que no dia sete de setembro de 1932 foi informado por José da Silva que havia um menino procurando por ele. Se prontificando a encontrar com o garoto, percebeu que o mesmo se achava “todo rasgado e muito sujo”, com um chapéu de palha na cabeça e rodeado por muitas pessoas. Inicialmente não reconheceu a criança, pois há

muito tempo não a via. Ficou surpreso e verificou que se tratava de Francisco Marcio de Paula no momento em que este mencionou ser filho da “finada Sebastiana”, sua prima-irmã. (INQUÉRITO, 7 de outubro de 1932: 6, 6v, 7)

Após uma breve conversa, Francisco disse à Cesário Marcondes que “estava pelo mundo cumprindo missão, benzendo o povo e fazendo curas”, e que posteriormente teria que ir até Coqueiros para se encontrar com a “Santa” Manuelina. Verificando o estado em que o garoto se encontrava, seu primo resolveu levá-lo para sua companhia. Sobre os pais de Francisco, Marcondes disse que os mesmos haviam falecido há aproximadamente sete anos, vítimas de tuberculose. Que após a morte deles, chegou a procurar pelo fazendeiro José Resende com o intuito de ficar com a guarda de Francisco e seus irmãos, já que eles eram submetidos a maus tratos. Ainda de acordo com Cesário Marcondes, durante todo o período de estadia de Francisco em sua residência, muitas pessoas foram até a Avenida Rivelli a procura das bênçãos fornecidas pelo garoto, principalmente depois que o jornal “Diário Mercantil” passou a publicar sobre os milagres do “santinho”. Na segunda feira, dia 3 de outubro, cerca de duas mil foram até a sua casa.

É provável que as reportagens publicadas no “Diário Mercantil” realmente tenham sido responsáveis por atrair muitas pessoas para a residência em que Francisco se encontrava, visto que este jornal dedicou uma atenção especial ao caso do “Santo do Poço Rico”. A primeira vez que o “taumaturgo” apareceu nas páginas do periódico foi no dia primeiro de outubro de 1932. Com o título “Um ‘enviado’ de ‘santa’ Manuelina está operando milagres no Bairro Poço Rico”, o “Diário” discorria sobre a intensa movimentação de “romeiros” nos arredores da Avenida Rivelli e sobre os supostos milagres realizadas por Francisco. Entre estes, estava o de uma mulher cega que teria recuperado a visão depois de 16 anos.

O “Diário” entrevista uma mulher que, depois de 16 anos, recuperou a vista

Dentre as pessoas indicadas como tendo sido favorecidas pelo “taumaturgo” do Poço Rico, figura a senhora Carolina Maria da Conceição, residente em São Mateus.

Hoje nos dirigimos àquele bairro afim de falar à “beneficiada”, que reside no antigo beco dos Cachorros, hoje avenida Valladares.

Atendidos amavelmente pela venerada senhora, esta foi-nos logo dizendo, depois de saber o motivo de nossa visita: - Há 16 anos que vinha sofrendo grandemente da vista, sem poder sair de casa. Nada enxergava, além de uma grande mancha escura em torno de mim. Criei com toda dificuldade meus filhos. A caçula, que na época em

que eu enxergava tinha apenas 5 anos, está hoje moça feita, com 21 anos.

Apesar de seus cinquenta e tantos anos, Carolina é ainda uma velha bem disposta e dada à palestra. Assim com ela conversamos, ouvindo contar fases de sua vida trabalhosa.

- Depois de tratar com vários médicos, diz-nos Carolina, passei a usar uma herva, conhecida por "andorinha", encontrada nas proximidades da igreja São Mateus. Nenhuma melhora consegui.

Há dias ouviu falar do "iluminado" Francisco de Paula, resolvendo assim rumar para o Poço Rico, em busca de um "milagre" do "santo". Foi, viu e venceu, voltando de lá curada, pois tendo começado a tomar a água terça-feira última, já veio duas vezes à cidade, podendo andar perfeitamente para todo o lado.

Está Carolina risonha, satisfeita por poder enxergar hoje as transformações por que passou a nossa cidade, durante os seus longos anos de treva quase absoluta. (DIÁRIO MERCANTIL, 1 de outubro de 1932: 2).

Nos dias seguintes o "Diário" continuou ouvindo alguns indivíduos que buscavam pelas "bênçãos" de "São" Francisco Marcio de Paula. Segundo o articulista, em uma das várias ocasiões em que esteve na residência do garoto, era grande o movimento de pessoas com vidros e garrafas nas mãos. Animados, os consulentes comentavam sobre as inúmeras curas efetuadas por Francisco. Muitas citavam o caso de um homem cego que, privado da visão há muito tempo, se recuperou assim que "avistou" o "iluminado" e o de uma mulher, moradora da Avenida Costa Carvalho, que não tendo leite materno para amamentar o filho, conseguiu o "milagre" do "aleitamento imediato". Na reportagem do dia 4 de outubro, o "Diário" trouxe com detalhes uma entrevista realizada com Dona Cecília de Freitas, a tal mulher que sofria de hipogalactia:

Na casinha n. 367 da Avenida Costa carvalho, reside o Sr. Antonio de Freitas, empregado na fábrica de banha do Poço Rico, em companhia de sua esposa, D. Cecília de Freitas, e de quatro filhos. Na residência de Francisco de Paula alguém nos informara que D. Cecília tinha sido curada pelo 'santo' e por isso lá fomos ter.

Recebeu-nos ela atenciosamente e passou então a narrar-nos as dificuldades com que sempre lutara para criar os filhos, em número de 4, contando-se o mais novo, nascido no dia 8 do mês passado. Não tinha leite e, assim, via-se obrigada a recorrer às vizinhas e pessoas amigas a que lhe ocasionava inúmeros contratempos e contrariedades.

Há dias, disse-nos ela, passou por lá o "iluminado" que distribuía benefícios a todos que o procuravam.

Um seu filho de 4 anos estava doente, sofrendo de furúnculos, e por isso resolveu apelar para o "milagre" do "santinho".

Amigas então aconselharam-na a que pedisse ao "iluminado" que permitisse que ela tivesse leite para criar o mais novo, de um mês de idade.

Pedi e foi atendida. Pouco depois da saída do “iluminado”, a criança que sofria dos furúnculos conseguia notável melhora, e D. Cecília podia então amamentar pela primeira vez o seu caçula. Estava feito o milagre e um sopro de felicidade envolvia então aquela casa com a alegria causada pelo acontecimento prodigioso. Quando estivemos conversando com D. Cecília, ela teve a oportunidade de chamar várias de suas vizinhas, que foram unânimes em afirmar a veracidade de suas palavras no tocante à falta de leite que tanto a incomodava. (DIÁRIO MERCANTIL, 4 de outubro de 1932: 2).

Antes de analisarmos os relatos daqueles que buscaram se livrar de suas aflições nas práticas de Francisco, seria interessante discutirmos o interesse do Diário Mercantil em cobrir a trajetória do “Santo do Poço Rico”. Cabe ressaltar que esse periódico não costumava adotar uma postura de convivência com as práticas culturais populares, sobretudo com as que envolviam uma intervenção na alma e no corpo doente. O “Diário”, assim como alguns de seus “concorrentes”, compactuava com os discursos formulados pela corporação médica e pelas autoridades municipais de que estas atividades deveriam ser combatidas sistematicamente.

Desde as primeiras décadas do século XX é possível perceber em Juiz de Fora a ampliação de uma perseguição a todos aqueles que se aventuravam pelo campo da cura sem contar com uma permissão legal para atuar. Os motivos que levaram indivíduos como Francisco a serem reprimidos na “Manchester Mineira” dos primeiros decênios do século XX em nada diferem daqueles responsáveis por marginalizar e estigmatizar outras atividades como as desempenhadas pelas prostitutas, pelos jogadores, pelos moradores dos cortiços e de outras habitações populares. Todas estavam inseridas em um mesmo contexto histórico: um período em que os hábitos e os costumes populares – principalmente os da população afrodescendente – foram estigmatizados na tentativa de enquadrar as classes subalternas, vistas como uma massa de indivíduos ignorantes, no caminho da modernização, do progresso e da civilização.

A institucionalização da medicina acadêmica e a maior participação dos médicos na esfera pública, algo que acontece em Juiz de Fora na transição do século XIX para o XX com a criação da Sociedade de Medicina e Cirurgia em 1890 e a Junta/Diretoria de Higiene em 1892, trata-se de um complemento e marca um período interessante no que tange a essas perseguições. A partir desse momento, os esculápios estabelecidos na cidade passaram a se envolver cada vez mais com as principais medidas tomadas pelas autoridades municipais, prestando suporte

ideológico para as diversas ações “saneadoras”. Essa “parceria” entre a medicina acadêmica e as classes conservadoras locais evidencia, entre outras coisas, como parte do discurso médico-higienista estava em sintonia com a ideologia republicana de “civilizar”, “ordenar”, “limpar” e “embeleazar” as cidades, apagando a imagem de um passado colonial e imperial associado à desordem, ao atraso, a imundice, a doença e a ignorância. (MARINS, 1998: 132-133)

O Código Penal republicano que passou a vigorar em 1º de fevereiro de 1891 é um exemplo de como as práticas alternativas de cura não seriam toleradas. Contando com um capítulo intitulado “Dos Crimes Contra a Saúde Pública”, o código foi responsável por institucionalizar a postura defendida pelas classes conservadoras de reprimir a atuação de indivíduos não diplomados, associados à supersticiosidade e ao atraso da população. Não que houvesse no Império uma tolerância com as práticas alternativas de cura. Como bem atestou Gabriela dos Reis Sampaio, “o império tinha suas formas de punir e também reprimia, e muito, cultos e práticas de curandeiros”. A diferença, entretanto, era que não havia no código penal desse período, artigos específicos para enquadrar esses indivíduos. “Punia-se por meio dos mecanismos do paternalismo”. (SAMPAIO, 2003: 414).

Voltando para o caso do “Santo do Poço Rico”, diferentemente de muitos outros curadores que localizamos nas primeiras décadas do século XX - para os quais os jornais separaram um pequeno espaço nas páginas policiais -, as reportagens do Diário Mercantil nos forneceram mais informações sobre as práticas de Francisco do que a fonte judicial. Poderíamos explicar essa questão, em certo sentido atípica, partindo do princípio de que esse número reduzido de dados na fonte judicial se deve ao fato desta se tratar de um inquérito e não de um processo criminal. No entanto, o problema é mais interessante do que parece. Não é o inquérito que é pobre, mas sim o jornal que é extremamente rico em detalhes.

Além da grande quantidade de informações sobre Francisco, outro ponto que realmente impressiona é o posicionamento que o “Diário” adotou em relação à sua trajetória em outubro de 1932. Se prestarmos atenção nas reportagens que começaram a ser publicadas no dia primeiro, notamos que os textos, pelo menos inicialmente, não criticaram ou estereotiparam as práticas do “Santo do Poço Rico”. Até mesmo as entrevistas realizadas com pessoas que se diziam curadas pelos milagres do “taumaturgo” ficaram isentas de julgamentos. Levando-se em consideração que a imprensa local se incomodava com coisas parecidas, como os

“antros de feitiçaria” – locais onde a população buscava amenizar os problemas da alma e do corpo -, a atuação de um ou outro curador menos requisitado pela população e as “arruaças” cometidas por ébrios e desordeiros, a ausência de denúncias sobre o congestionamento do trânsito nas ruas paralelas à Avenida Rivelli e a insuficiência no serviço dos bondes, consequências direta da atuação de Francisco, é significativa.

Diante desse quadro, explicar as especificidades e as contradições presentes no caso do “Santo do Poço Rico” não parece ser uma tarefa simples. E de fato não seria se não fosse uma peça fundamental do quebra-cabeça: Manoelina, a “Santa de Coqueiros” de quem Francisco se dizia enviado. Porém, antes de prosseguirmos com nossas hipóteses sobre as relações entre Francisco, a imprensa e a população, faz-se indispensável conhecermos aquela que supostamente os inspirou: a Santa de Coqueiros.

Manoelina Maria de Jesus: A Santa de Coqueiros

Manoelina Maria de Jesus era uma jovem negra, pobre e analfabeta. Tinha entre 18 e 20 anos quando ficou nacionalmente conhecida como a “Santa de Coqueiros”. Os rumores sobre os inúmeros milagres efetuados pela camponesa se espalharam rapidamente pelo país com a ajuda das reportagens publicadas pelo vespertino carioca “A Noite”. Por vários dias, os enviados especiais do jornal do Rio responsáveis por cobrir o caso detalharam as curas e a movimentação atípica na casa da “taumaturga” e entrevistaram os inúmeros “romeiros” que se diziam curados. Cegos que recuperaram completamente a visão, paráliticos que voltaram a andar foram uma constante nas primeiras páginas.

Em pouco tempo o pacato lugarejo de Coqueiros se transformou em um centro agitado de fé e curiosidade. Pessoas de todos os cantos do país e de diferentes classes sociais se dirigiam para a humilde casa da Santa a pé, a cavalo, de carro ou transportadas por trens e caminhões superlotados. E conforme os milagres de Manoelina aumentavam, as tiragens do “A Noite” seguiam a mesma proporção. Segundo dados divulgados na edição de oito de maio de 1931, no dia primeiro de abril foram impressos 124.000 exemplares. Já no dia 30, quando o suspense pairava sobre os diagnósticos dos médicos convidados pelo periódico para examinar a “taumaturga”, esse número ultrapassou a marca de 214.000. O

jornal atribuía o “boom” de “crentes” e de leitores justamente à nomeação da “caravana científica”:

A romaria toma proporções assustadoras
Os trens da Central despejam, agora, em João Ribeiro, verdadeiras multidões. Os próprios moradores da localidade asseveram que nunca viram tamanha afluência de povo. E todos creem que o fato se explica pela nomeação da junta de cientistas, feita pela A NOITE. Hoje desembarcaram, aqui, cerca de novecentas pessoas, e Manoelina atendeu a quase outras tantas, vindas de outros lugares. (A NOITE, 8 de maio de 1931: 4).

Em junho de 1931, após sucessivas investidas das autoridades médicas, policiais e eclesiásticas, Manoelina foi internada em Belo Horizonte, no Instituto psiquiátrico Raul Soares. As ordens teriam partido do próprio Secretario do Interior, alegando que a jovem deveria tratar “convincentemente” da sua saúde, “seriamente combalida”. A medida também tinha como objetivo evitar que a casa da “Santa” continuasse “assediada por grande multidão de pessoas atacadas de todas as moléstias, bem como de indivíduos sem fé, que ali iam explorar a credulidade dos romeiros”. (A NOITE, 12 de junho de 1931:2).

A população e a própria redação do “A Noite” contestaram a “violência inútil da polícia” e a “truculência das autoridades mineiras” e pediram a liberação imediata da “santa”. E antes mesmo que um “habeas-corpus” fosse julgado pelo Superior Tribunal de Belo Horizonte, Manoelina Maria de Jesus foi posta em liberdade no dia 16 de junho. Para o vespertino carioca, a liberdade da “Santa de Coqueiros” era “uma vitória da opinião pública e da lei, pois a lei, pelos íntegros magistrados mineiros, seria restabelecida em todo o seu império e protegeria Manoelina como se fazia mister”. (A NOITE, 17 de junho de 1931:2).

Livre do manicômio e das garras da polícia, a jovem camponesa partiu para Dom Silvério. Naquele distrito, a “afluência” de romeiros continuou a todo vapor até o início de 1932, momento em que Manoelina, “depois de um longo período de extraordinária evidencia, cairá no esquecimento”. (A NOITE, 28 de março de 1932: 1).

Em 14 de fevereiro de 1960, após uma prolongada enfermidade, “durante a qual se recusou a tomar alimentos e medicamentos”, Manoelina Maria de Jesus faleceu em Crucilândia (MG) aos 45 anos de idade. Seu enterro reuniu cerca de duas mil pessoas que “fizeram uso da palavra” para agradecer seus “‘milagres’ e ‘curas’”. (CORREIO DA MANHÃ, 19 de março de 1960: 1).

Onde os caminhos se cruzam e as peças se encaixam: A Santa de Coqueiros e o Santo do Poço Rico.

É hora de voltarmos de nossa pequena viagem. Em um “auto-caminhão” repleto de “romeiros” partiremos de Coqueiros com destino à Juiz de Fora. Embora o cenário tenha se complicado por lá, Francisco Marcio de Paula nos aguarda ansiosamente em sua residência para revelar o desfecho de sua história.

As reportagens que vimos anteriormente no “Diário Mercantil” descrevendo os “milagres” de Francisco não foram responsáveis por divulga-los apenas entre aqueles que acreditavam e buscavam por seus préstimos. Chegando ao conhecimento da polícia que no bairro do Poço Rico “um menor orphão de pae e mae”, estava atraindo “a curiosidade pública, anunciando ter feito curas assombrosas”, o delegado João Valladão determinou que fossem tomadas as necessárias providencias, instaurando um Inquérito para colher as declarações de Francisco e de seu primo Cesário Marcondes. Valladão achou também conveniente realizar um exame de sanidade “na pessoa do mencionado menor”, nomeando como peritos os médicos Simeão de Faria e Joaquim Geraldo de Assis. (INQUÉRITO, 7 de outubro de 1932: 2).

Em 7 de outubro de 1932, às 13 horas da tarde, Francisco foi submetido ao exame de sanidade solicitado pelo delegado. Nele, os peritos atestaram que o “santinho” era um “débil mental, com manifestações paranoicas, mania religiosa e de perseguição, apresentando sinais clínicos de uma fraqueza pulmonar incipiente, pelo que convém a sua reclusão em um estabelecimento apropriado”. (INQUÉRITO, 7 de outubro de 1932: 9).

No mesmo dia em que o exame foi realizado, o delegado resolveu finalizar o Inquérito e encaminhá-lo ao Juiz de Direito da Primeira Vara de Juiz de Fora. Na conclusão do documento, Valladão fez questão de sublinhar que Francisco Marcio de Paula era um menor abandonado e que Cesário Marcondes, detentor provisório da guarda do garoto, o “explorava, consciente ou inconscientemente”, algo que o tornava incapaz de cuidar de Francisco por não compreender sua “triste situação” mental. Desta forma, impunha-se a necessidade de uma medida de proteção ao “infeliz”, pois só assim poderia ele receber o tratamento médico de que tanto necessitava. Para as autoridades, a reclusão de Francisco em uma instituição da cidade também era essencial para afastá-lo da aglomeração dos “crentes”, vindo de todas as partes. (INQUÉRITO, 7 de outubro de 1932: 10).

Após a realização do exame, o “Diário Mercantil” publicou um longo texto mostrando sua insatisfação com o diagnóstico dos médicos que constatou a “debilidade mental” de Francisco. Inicialmente a reportagem buscava explicar os motivos que levaram o periódico a cobrir com tantos detalhes o caso do “Santo do Poço Rico”.

De acordo com o “Diário”, em diversos países do mundo estavam aparecendo alguns “santos improvisados”, indivíduos extremamente venerados pelo povo graças às “curas miraculosas” que lhes eram atribuídas. Na década de 1930, inúmeros jornais como o “New York Herald”, o “Diário de Lisboa” e o “A Noite”, este último um dos “vespertinos de maior tiragem do Brasil”, haviam publicado extensas reportagens sobre a atuação desses indivíduos. Como a missão da imprensa era informar amplamente o público, era justo que os periódicos não se calassem diante “de um fato sensacional” como o de Francisco, “que obrigou a Companhia Mineira de Eletricidade a duplicar o número de bondes na linha do Poço Rico”.

Ainda segundo a matéria, o que o “Diário Mercantil” fez foi justamente o que fizeram o “New York Herald”, o “Diário de Lisboa”, “A Noite” e tantos outros jornais: descrever o “santo” e a sua residência, recolher “impressões do momento e do ambiente” e, “a fruto da curiosidade”, ouvir diversas pessoas que se diziam curadas pelos tratamentos de Francisco. Tanto que procurou sempre empregar entre aspas algumas palavras, como “santo”, “milagre”, “cura”, “iluminado” e etc., significando que a elas era dado um tom irônico, de restrição. (DIÁRIO MERCANTIL, 8 de outubro de 1932: 4).

Sobre as pessoas que frequentavam a casa do “Santo do Poço Rico”, a reportagem afirmou que estas eram movidas pelo “espírito da curiosidade”. Já Francisco era apenas uma “infeliz criança ignorante”, produzida pelo meio supersticioso em que vivia. Retornando a discussão para o surgimento dos “santos” em diversos países e buscando questionar o resultado do exame de sanidade realizado em Francisco no dia anterior, o articulista destacou que os “predestinados” estavam sendo “submetidos a numerosas juntas de psiquiatras”. A própria Manuelina de Coqueiros, de quem “O santo do Poço Rico” se dizia enviado, havia sido objeto de estudo de uma “brilhante” monografia confeccionada pelo Dr. Silvério Mello. E que mesmo após o Dr. Silvério, um médico especialista do Rio de Janeiro, passar um longo tempo em Coqueiros investigando minuciosamente o caso de Manuelina, este não chegou a uma “conclusão

definitiva sobre a natureza da moléstia, ou sobre se tratava ou não de uma debilidade mental". Diante desse fato, como poderia, então, os peritos Simião de Faria e Joaquim Geraldo de Assis, "após uma ligeira conversa com Francisco", concluir precocemente que o menor era um paranoico?

Na opinião do articulista, os "santos" podiam não ser, de fato, "indivíduos normais, mas eram, acima de tudo, "reflexos do meio ignorante e supersticioso" em que viviam e eram criados. Sendo assim, ele não acreditava que Francisco Marcio, "uma criança de 16 anos, com organismo ainda em formação", era um paranoico. Talvez se tratasse apenas de um menor "explorado por uma quadrilha de espertalhões, cumprindo a polícia abrir inquérito a respeito para completar a sua acertada providencia de o ter enviado ao juiz de menores". (DIÁRIO MERCANTIL, 8 de outubro de 1932: 4).

Diante da possibilidade de internação de Francisco Marcio de Paula, a população juiz-forana também reagiu imediatamente. Cerca de 290 pessoas assinaram um documento endereçado ao Juiz da Primeira Vara pedindo que Francisco continuasse realizando seus milagres e permanecesse morando com seu primo Cesário Marcondes:

O abaixo assignados confiantes no espirito de justiça de V. S vem expor o seguinte: - Conforme é já sabido de acordo com a indicação fornecida pelo sr. Dr. Delegado de Polícia, V.S determinou que o menor Francisco Marcio de Paula que vem obtendo curas inegáveis e reconhecidas por todos que vem frequentando a sua casa, fosse internado num asylo. Entretanto desejosos todos da não internação do referido menor viemos todos a presença de V. S solicitar permissão para que Francisco Marcio de Paula fique residindo com seu parente com que vem morando há quase dois meses, curando os pobres coitados que não dispõem de recursos para recorrerem a sciencia medica, ou mesmo aqueles que já trataram pela sciencia e nada conseguiram.
 Confiante no espirito justiceiro de V. S
 Pedem e Esperam
 Deferimento
 Juiz de Fora, 13 de outubro de 1932. (INQUÉRITO, 7 de outubro de 1932:16).

Em cinco de novembro de 1932, o Juiz A. Martins finalizou o inquérito ordenando que a peça fosse arquivada. Atendendo parcialmente os pedidos daqueles que participaram do abaixo-assinado, o magistrado confiou a guarda de Francisco Marcio de Paula a seu primo Cesário Marcondes "com recomendação de zelar pela sua saúde e educação e proibição de especular-se com a credence

popular que pretende transformá-lo em milagreiro". (INQUÉRITO, 7 de outubro de 1932:23). E essa foi a última vez que encontramos informações sobre Francisco nas fontes analisadas até agora.

Como pudemos perceber, as histórias de Francisco Marcio de Paula e Manoelina Maria de Jesus possuem muitos pontos em comum. Ambos eram negros, pobres e analfabetos, foram "beatificados" pela população, tiveram seus milagres divulgados pela grande imprensa, foram diagnosticados pelos médicos como "débeis mentais" e acabaram perseguidos pelas autoridades por conta de suas práticas de cura.

Quando nos deparamos com o caso do "Santo do Poço Rico" ficamos surpresos e eufóricos com sua possível excepcionalidade. Embora a trajetória daquele garoto que conquistou parte da população juizforana fosse repleta de aspectos interessantes, como o número elevado de enfermos que buscaram por seus préstimos, o que realmente nos chamou atenção em um primeiro momento foi o posicionamento que o "Diário Mercantil" adotou em relação à sua atuação.

Pouco tempo antes de encontramos o santinho nas páginas do periódico, havíamos confeccionado uma dissertação onde procuramos discutir a constituição do campo da medicina acadêmica em Juiz de Fora, sua penetração social e as tensões entre o paradigma científico e as práticas alternativas de cura que conformavam o imaginário coletivo da cidade nos primeiros decênios do século XX. A análise dos jornais que circulavam no município naquele período evidenciou que uma parte significativa da imprensa local - principalmente o Diário Mercantil - serviu como um instrumento de divulgação do discurso médico-higienista, lançando mão de estratégias discursivas e coercitivas que combatiam e estigmatizavam os curadores e seus "clientes".

Desconhecíamos por completo as proezas da "Santa de Coqueiros". No entanto, conforme avançamos na leitura das fontes disponíveis sobre o caso de Francisco, percebemos que Manoelina era uma peça fundamental de nosso quebra-cabeça. O fato de seu nome aparecer com destaque nos títulos das reportagens sobre "O Santo do Poço Rico" indicou que ela seria indispensável para a realização de nossas análises. Tivemos, então, a necessidade e a obrigação de investigar os pormenores da vida da Santa. Não foi preciso muito esforço para perceber as similitudes entre os dois casos e que o "sucesso" de Francisco em Juiz de Fora em 1932 foi, na verdade, o desdobramento de um fenômeno maior que se iniciou em Coqueiros no ano anterior.

Os textos antes contraditórios publicados pelo “Diário Mercantil” em outubro de 1932 foram se tornando inteligíveis na medida em que aprofundamos nos trabalhos realizados pela equipe do “A Noite” em Coqueiros. A inspiração do articulista do “Diário” em relação às reportagens produzidas por seus colegas do Rio de Janeiro – algo confessado por ele na ocasião em que contestou o diagnóstico do exame de sanidade de Francisco – deu contornos mais nítidos às diversas semelhanças entre as duas séries de reportagens, como a ênfase na movimentação dos romeiros, as descrições dos milagres, as entrevistas com aqueles que se diziam curados pelos “Santos” e a suposta imparcialidade diante dos “estranhos fenômenos”.

É indiscutível que as reportagens sobre Manoelina e Francisco tinham como objetivo vender exemplares. Como vimos, as tiragens do “A Noite” aumentaram quase 100% no período em que a “Santa de Coqueiros” estivera no auge, principalmente depois do suspense criado em torno dos diagnósticos da “caravana científica”. Obviamente a redação do “Diário Mercantil” pegou carona na empreitada bem sucedida do jornal do Rio e seguindo uma “formula pronta” fez de Francisco uma ótima oportunidade de aumentar seus lucros.

No entanto, os pontos em comum nas reportagens publicadas pelos dois periódicos são capazes de desnudar uma característica da imprensa que, de certo modo, extrapola a questão econômica. De acordo com Robert Darnton, “como em outros ofícios, o jornalismo tem sua mitologia própria. [...] Os repórteres sentem uma obrigação de ‘se medirem’ com os padrões estabelecidos no passado, embora saibam que devem parecer pequenos ao lado de seus míticos titãs”. (DARNTON, 2010: 98). Ainda sobre a padronização das notícias, ou “como fazer biscoitos com uma velha forminha de bolacha”, Darnton destaca que:

As grandes matérias seguem modelos especiais e têm um sabor arcaico, como se fosse metamorfoses de Ur-matérias que se perderam na profundidade dos tempos. A primeira coisa que um repórter de cidades faz depois de receber uma tarefa é procurar material pertinente entre casos anteriores arquivados na “morgue”. A mão morta do passado, portanto, modela sua percepção do presente. [...] Mas a nova informação que ele adquire precisa se adequar a categorias herdadas de seus predecessores. Assim, muitas matérias apresentam formas consideravelmente parecidas, refiram-se elas a “notícias cruas” ou a “traços” mais estilizados. (DARNTON, 2010: 103).

O fato é que alguns periódicos como o "A Noite" e o "Diário Mercantil", ao conferir destaque aos "supostos milagres" realizados por Manoelina e Francisco, deram visibilidade às suas práticas e romperam com certos padrões ideológicos que orientavam a grande imprensa no início da década de 1930. No caso da "Santa de Coqueiros", essa questão parece ficar clara quando analisamos o posicionamento de alguns jornais. O próprio "Diário Mercantil", em reportagem publicada na primeira página do dia 8 de abril de 1931, por exemplo, denunciou os métodos empregados pelo "A Noite" em suas coberturas sobre o "caso Manoelina". Segundo o texto, a ampla divulgação dos supostos milagres da "santa" pelo "espalhafatoso jornal carioca" era responsável por levar milhares de enfermos até Coqueiros. Enfermos estes que desconheciam por completo as "artimanhas" do vespertino do Rio. (DIÁRIO MERCANTIL, 8 de abril de 1931:1).

Ainda de acordo com o jornal juizforano, a estratégia utilizada pelo "A Noite" para construir a imagem da "Santa Manoelina" foi a mesma empregada alguns anos antes no caso do famoso "fakir" da rua dos Barbonos, onde um repórter teria se passado por um indiano "para mostrar quão fácil é explorar-se a credulidade popular". Dentro dessa perspectiva, "a Santa de Coqueiros não passava de um "mutatis mutandis", um caso semelhante ao do fakir". A prova definitiva dessa "fabricação de noticiais" era a entrevista publicada pelo "A Noite" no dia 2 de abril com "um notável médico de Juiz de Fora", o dr. Francisco das Chagas Sobreira". Na verdade o Dr. Sobreira era o "famoso curandeiro" França Sobreira, "Espécime completo do roceiro, quasi analphabeto, incapaz de articular com acerto dez palavras". (Diário Mercantil, 8 de abril de 1931: 1).

Embora seja impossível negar que uma parte da imprensa tenha sido responsável por "construir as imagens" e ampliar a credibilidade da "Santa de Coqueiros" e do "Santo do Poço Rico", não se trata de afirmar aqui que ela foi a única responsável por gerar a autoridade social desses curadores. Longe disto. Indivíduos como Manoelina e Francisco, mesmo sendo alvos de uma perseguição sistemática nas primeiras décadas do século XX, desempenhavam um papel fundamental na vida de uma parcela significativa da sociedade. Existiam elementos em suas práticas que as tornavam indispensáveis.

Sobre esses elementos poderíamos destacar o fato da "medicina científica" ser uma arte de curar cujas ações profiláticas se pautavam, quase sempre, em métodos estranhos e desconhecidos para grande parte da população. De acordo com a historiadora Beatriz Weber, durante as primeiras décadas do século XX a

medicina acadêmica ainda se apresentava apenas como mais uma entre as inúmeras possibilidades de intervenção no corpo doente e provavelmente não era vista como a melhor, já que “oferecia tratamentos agressivos e dolorosos, como a cirurgia, o isolamento dos doentes, as sangrias e as purgas”. Essa situação abria brechas para outras práticas de cura, principalmente as mágicas, cujas terapias “eram indolores e ofereciam certo alívio e reconforto psicológico, sem afastar os doentes de seus amigos e parentes”. (WEBER, 1999: 187).

Ainda segundo Beatriz Weber, o discurso da “modernização” que se consolidava na transição do século XIX para o XX tinha como objetivo transferir para a ciência – no caso para a medicina – a crença na cura e no tratamento de certas dificuldades cotidianas, “emancipando a religião das esferas seculares da vida”. Muito embora algumas religiões tradicionais, como o catolicismo oficial e o protestantismo, tenham tentado adaptar-se a essa nova realidade, afastando-se progressivamente do mistério e do sagrado, uma grande parcela da população “não procedeu ao desencantamento do mundo e da vida”. Ao contrário dessas religiões tradicionais, diversas crenças populares, “especialmente as religiões afro-brasileiras, mas não somente elas”, acabaram ocupando um espaço que a ciência se mostrava incapaz de preencher, como “o espaço da angústia, das incertezas existenciais e dos imponderáveis do cotidiano”. (WEBER, 1999: 187)

Outro aspecto importante sobre a credibilidade dos curadores foi sublinhado por Gabriela dos Reis Sampaio em seus estudos sobre o “feiticeiro” Juca Rosa (2010). Trata-se da existência de uma concepção popular comum nos anos finais do século XIX e iniciais do XX que associava a saúde e a doença a um funcionamento integrado entre o “corpo e o espírito”. De acordo com a historiadora, nesse período as moléstias eram interpretadas pelos curadores e por aqueles que procuravam por seus préstimos como um desequilíbrio do corpo físico causado por uma interferência espiritual. A eficácia dos feitiços no desequilíbrio e no restabelecimento da saúde é um exemplo emblemático dessa cosmovisão.

As considerações de Sampaio são muito próximas das utilizadas por Giovanni Levi em “A Herança Imaterial”. Em suas análises sobre o caso do exorcista Giovan Battista Chiesa, Levi trabalha com a distinção entre duas etiologias, a “personalista” e a “naturalista”. Por sistema personalista o historiador entende “o de uma cultura dentro da qual se considere que a doença possa ser o efeito mais ou menos ativo e intencional da intervenção de um agente que tenha um seu significado (seja ele divino, sobrenatural ou humano)”. Esse sistema se

ocupa, portanto, “daqueles que estão doentes e da razão, e não apenas do modo, de estarem doentes”. Já no sistema naturalista, a doença é explicada em termos impessoais, “como se os elementos físicos que compõe o corpo se encontrassem em desordem e com seu equilíbrio perturbado, e a causa desta situação pudesse ser totalmente explicada em termos naturais”. O historiador italiano destaca que essa descrição é uma abstração, uma vez que:

Na verdade, os sistemas etiológicos, em geral, foram, ou ainda são, o fruto da convivência relativamente calibrada de elementos de ambos os sistemas, com variações que não se referem apenas a culturas e tempos diversos mas que servem para diferenciar os comportamentos entre grupos e indivíduos mesmo no interior de cada sociedade e situação separadamente. (LEVI, 2000: 75-76).

Essa “convivência relativamente calibrada de elementos” entre os sistemas etiológicos a que Levi se refere é capaz de nos ajudar a compreender porque muitas pessoas procuraram por Manoelina e Francisco depois de terem recorrido aos tratamentos dos médicos, como Dona Carolina, que, por conta de sua cegueira, havia consultado diversos consultórios antes de recorrer aos préstimos do “Taumaturgo da Avenida Rivelli”.

Para encerrarmos a discussão é indispensável gastarmos mais algumas linhas com Manoelina Maria de Jesus e Francisco Marcio de Paula. Como vimos, nos primeiros decênios do século XX indivíduos como eles, mesmo sendo criminalizados e estigmatizados pelas constantes investidas dos grupos hegemônicos, não deixaram de ser requisitados por uma parcela significativa da população. Em Juiz de Fora, por exemplo, era enorme a quantidade e a variedade de curadores que atuavam no mesmo período que o “Santo do Poço Rico”. Mas nenhum deles alcançou a visibilidade de Francisco. As proezas do menino obviamente estão relacionadas aos múltiplos elementos que conferiam credibilidade às práticas alternativas de cura. No entanto, acreditamos que outro fator foi decisivo para o “êxito” do santinho: sua autoridade social.

Podemos conjecturar que a autoridade social de Francisco foi um legado deixado por Manoelina e que foi sendo reforçada pelas publicações do “Diário Mercantil”. Publicações estas que além de divulgar os milagres do “Santo do Poço Rico”, construíram sua imagem como um “enviado” ainda mais poderoso que a “Santa de Coqueiros”. Como vimos, no primeiro semestre de 1931 a fama de Manoelina ultrapassou as fronteiras de Coqueiros com a ajuda da imprensa,

atingindo localidades distantes e relativamente próximas como Juiz de Fora. Neste município, assim como em muitos outros, havia confiança na eficácia das curas da camponesa. Em caminhões superlotados, muitos partiram em direção a João Ribeiro. No centro da “Manchester Mineira”, próximo à Catedral Metropolitana, o rosto da Santa foi visto dentro da garrafa de água benta e causou um grande alvoroço. (O LYNCE, 4 de julho de 1931: 1).

Acreditamos, portanto, que a popularidade das práticas alternativas de cura no período, as visões etiológicas, a fama de Manoelina na cidade e as reportagens do “Diário Mercantil” contribuíram para “santificar” Francisco em 1932. Todos esses elementos somados deram credibilidade às curas do garoto e firmaram sua autoridade social.

Naquele agitado mês de outubro o garoto herdou algo de imaterial. O cenário para sua ascensão e queda repentina já estava parcialmente montado. A imprensa local tinha o modelo a ser seguido. A população juizforana possuía um santo para chamar de seu. E os médicos e as autoridades policiais, um jovem negro e pobre para diagnosticar como “débil mental”.

Referências Bibliográficas

Fontes

1. Fontes Manuscritas

1.1 Arquivo Histórico de Juiz de Fora

1. Fundo Fórum Benjamim Colucci. Processos Criminais (1890-1941)

2. Fontes Impressas

2.1. Arquivo Histórico de Juiz de Fora.

1. Jornal Diário Mercantil, 1912 a 1941

2.2. Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes

1. O Lince, 1931 e 1958

3. Fontes Digitais

3.1. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

1. Jornal O Pharol, 1891 a 1933

Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/pharol/258822>

2. Jornal A Manhã, 1931

Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720984&pesq=>

3. Jornal A Noite, 1931 a 1939

Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_03&PagFis=4143&Pesq

4. Jornal Correio da Manhã, 1960

Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=348970_01&pesq=

Bibliografia

BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo/Porto Alegre: EDUSP e ZOUK, 2008.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DIAS, Marcelo Rodrigues. *Curandeiros, Feiticeiros e Práticas Alternativas de Cura na Comarca do Rio das Mortes na Segunda Metade do Oitocentos*. Revista Ágora, v. 9, 2009. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufes.br/agora/article/viewFile/1934/1446>>. Acesso em: 18 de abril de 2014.

ESTEVES, Albino. *Álbum do Município de Juiz de Fora*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1915.

GAMMA, Affonso Dionysio. *Código Penal Brasileiro* (Decreto n. 847, de 11 de outubro de 1890). 2. ed. Ver. Ampl. São Paulo: Saraiva, 1929.

GINZBURG, Carlo. *A Micro História e Outros Ensaios*. Lisboa: DIFEL, 1989.

_____. *O Fio e os Rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MARINS, Paulo César Garcez. *Habitação e Vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras*. In: Nicolau Sevcenko (Org). *História da Vida Privada no Brasil*. República: da belle époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MIRANDA, Sonia Regina. *Cidade, Capital e Poder: políticas públicas e questão urbana na velha Manchester Mineira*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo de. *Os Trabalhadores e a Cidade: a formação do proletariado de Juiz de Fora e suas lutas por direitos (1877-1920)*. Juiz de Fora: FUNALFA, 2010.

OLIVEIRA, Paulino de. *Pantaleone Arcuri e Juiz de Fora*. Juiz de Fora, 1959.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. Tenebrosos Mistérios: Juca Rosa e as relações entre crença e cura no Rio de Janeiro Imperial. In: CHALHOUB, Sydney; MARQUES, Vera Regina Beltrão; SAMPAIO, Gabriela dos Reis; SOBRINHO, Carlos Roberto Galvão (org.). *Artes e Ofícios de Curar no Brasil*. Campinas: UNICAMP, 2003.

WEBER, Beatriz Teixeira. *As Artes de Curar: medicina, religião, magia e positivismo na Republica Rio-Grandense*. Santa Maria: EDUSC, 1999.